NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



O sonho americano, a perseguição aos hispânicos e a derrota de Trump

Publicado em 1909, *Martin Eden*, de Jack London (1876–1916), conta a história de um jovem marinheiro autodidata que luta para se tornar escritor. Inspirado na trajetória do autor, o romance acompanha a conquista do reconhecimento e a desilusão com uma sociedade que mede o valor dos indivíduos pelo dinheiro e pelo prestígio. Também retrata o "sonho americano" na ótica dos trabalhadores que ajudaram a construir os Estados Unidos.

London escreveu o livro durante sua viagem pelo Pacífico a bordo do Snark, quando já era conhecido por *O chamado da selva, O lobo do mar* e *Caninos brancos*. Seu alcance ultrapassa a autobiografia. Mostra a correlações entre trabalho, nacionalidade e posição social, as contradições de um país que sempre precisou dos braços de estrangeiros enquanto estabelecia a hierarquias entre eles.

Essa história é bem contada em Nós, o povo, de Leo Huberman (1903–1968), uma interpretação da formação dos Estados Unidos pelo trabalho e pelas disputas em torno da riqueza. A imagem do país como um grande ímã de povos traduz a realidade de que sua expansão econômica foi inseparável da chegada de milhões de pessoas de diferentes nacionalidades, religiões, profissões, culturas e condições sociais.

"Gente branca, preta, amarela, de pele escura; católicos, protestantes, huguenotes, quakers, batistas, metodistas, unitarianos, judeus; espanhóis, ingleses, alemães, franceses, noruegueses, suecos, dinamarqueses, chineses, japoneses, holandeses, boêmios, italianos, austríacos, eslavos, poloneses, romenos, russos — e a lista está apenas começando; fazendeiros, mineiros, aventureiros, soldados, marinheiros, ricos, pobres, mendigos, ladrões, sapateiros, alfaiates, atores, músicos, ministros religiosos, engenheiros, escritores, cantores, cavadores de valas, industriais, açougueiros, padeiros e fabricantes de velas", destaca Huberman.

Todos abriram caminhos, ergueram cidades e transformaram costumes. A diversidade da vida norte-americana resulta desse processo, cujo êxito decorre da tradução da identidade étnica pelo sonho de uma vida melhor. É um erro, porém, desconsiderar seus conflitos. A imigração voluntária não se confunde com o tráfico de africanos escravizados, assim como a expansão territorial não apaga a expropriação dos povos indígenas.

> A FRUSTRAÇÃO MATERIAL SE COMBINOU COM A HOSTILIDADE DIRIGIDA ÀS COMUNIDADES HISPÂNICAS, QUE CATALIZOU O SENTIMENTO DE QUE TRUMP É UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA

Na verdade, a hostilidade aos estrangeiros e as restrições raciais à entrada e à cidadania também fazem parte da trajetória dos Estados Unidos e suas elites, ingredientes que foram incorporados por Trump à sua política. O estrangeiro sempre foi necessário à economia e, simultaneamente, apresentado como ameaça ao emprego, à segurança e à identidade nacional.

Efeito catalisador

Trump fez da imigração um instrumento de mobilização eleitoral contra o outro. Fechar as fronteiras passou a funcionar como resposta para inseguranças que nascem do custo de vida, das transformações no trabalho e da perda de perspectivas de ascensão social. A perseguição a imigrantes, porém, atingiu famílias e comunidades muito além daqueles sujeitos à deportação. Foi uma agressão ao que existe de mais profundo e antropológico no imaginário da formação do povo norte-americano.

As eleições de 3 de novembro expuseram os limites dessa estratégia. Os democratas reconquistaram o Senado e a Câmara, avançando sobre territórios republicanos. James Talarico venceu no Texas; Roy Cooper conquistou a vaga da Carolina do Norte; Sherrod Brown recuperou espaço em Ohio. Kansas também mudou de lado. Inflação, denúncias de corrupção, a guerra com o Irã e a brutalidade do governo contra os hispânicos produziram uma rejeição que atravessou fronteiras sociais e partidárias. Rompeu-se a confiança nas grandes promessas feitas por Trump.

O afastamento de eleitores hispânicos em redutos históricos de Trump integra esse quadro. Muitos nasceram nos Estados Unidos, em famílias estabelecidas há gerações; somente os cidadãos naturalizados podem votar nas eleições federais. Não existe um voto latino automático. Como em toda eleição, renda, religião, segurança e expectativas econômicas pesam nas escolhas. Mas acontece que a frustração material se combinou com a hostilidade dirigida às comunidades hispânicas, que catalizou o sentimento de que Trump representa uma ameaça à democracia. Prometeu prosperidade, entregou conflitos e insegurança.

Surgiram novos líderes democratas. Talarico simboliza a possibilidade de disputar um estado há décadas identificado com os republicanos. Jon Ossoff, na Geórgia, ampliou sua força. Em Michigan, Jocelyn Benson emergiu na disputa pelo governo, enquanto o progressista Abdul El-Sayed avançou para o Senado. A onda azul favoreceu diferentes correntes, entre as quais a socialista, mas os democratas moderados demonstraram maior capacidade de ampliar alianças.

O desafio democrata é transformar a rejeição a Trump numa maioria duradoura. O novo Congresso poderá conter iniciativas e investigar abusos, mas Trump permanece na Casa Branca. E o trumpismo conserva suas raízes, ancorado no movimento MAGA (Make America Great Again) e no "supremacismo branco" de anglo-saxões e nórdicos.

CONGRESSO

Anistia a golpistas é promessa de Marinho

Lançado à Presidência do Senado, parlamentar defende perdão aos que atentaram contra a democracia. Tereza Cristina mantém projeto de chegar ao comando da Casa

» DANANDRA ROCHA

O PL oficializou ontem a candidatura de Rogério Marinho (PL-RN) à Presidência do Senado. O anúncio ocorreu após reunião da bancada na sede nacional da legenda, com a presença de 33 senadores, em Brasília, e foi acompanhado por manifestações de apoio de parlamentares aliados. Em seu discurso, Marinho defendeu a anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e afirmou que pretende trabalhar para que a proposta avance no Congresso. A eleição para o comando da Casa está marcada para 1º de fevereiro.

Ao anunciar a candidatura, Marinho afirmou que pretende reunir apoio de diferentes partidos para chegar à Presidência do Senado. "O Congresso Nacional vai nos dar condição de destravar a pauta e vamos permitir que o projeto da anistia seja apreciado", declarou. Em entrevista após o lançamento, o senador disse considerar a anistia uma pauta correta, mas ressaltou que a decisão sobre eventual aprovação caberá à maioria dos parlamentares. Ele também defendeu que o projeto tramite regularmente no Legislativo.

A candidatura, no entanto, ocorre em meio à disputa com a senadora Tereza Cristina (PP-MS), que também pretende concorrer ao comando da Casa. Em entrevista à CNN Brasil ontem, a parlamentar afirmou que seu projeto de presidir a Casa não surgiu recentemente e que já havia conversado com Marinho sobre o assunto quando o senador articulava a possibilidade de ser vice na chapa de Flávio Bolsonaro.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Marinho: "Vamos permitir que o projeto da anistia seja apreciado"

"Eu sempre disse que meu projeto prioritário era ser a primeira mulher a ocupar a cadeira da Presidência depois de 203 anos do Senado. Não é uma novidade para ninguém", afirmou. Tereza também declarou que mantém a candidatura. O **Correio** entrou em contato com a senadora para comentar o lançamento do nome do parlamentar do PL, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Apesar da concorrência, Marinho afirmou que mantém diálogo com Tereza e que os dois pretendem chegar a um entendimento antes da eleição. O senador disse que a parlamentar tem "legitimidade" para apresentar seu nome e que a intenção é evitar uma disputa entre aliados. A proposta discutida é que, mais perto da votação, um dos dois retire a candidatura para concentrar os votos em um único representante do campo político.

Tereza, entretanto, não anunciou desistência e afirmou que pretende conversar com os 81 senadores para apresentar seu projeto.

O lançamento de ontem reuniu parlamentares que manifestaram apoio ao nome de Marinho. O senador eleito Marcel van Hattem, do Novo, destacou a atuação do colega na oposição e sua participação nas articulações de investigações no Congresso. "Ninguém representou mais a resistência de uma oposição a tudo isso do que Rogério Marinho", afirmou. Van Hattem também citou o trabalho do senador na CPMI do INSS e defendeu que o Senado e a Câmara recuperem a capacidade de fiscalizar os demais Poderes.

O senador eleito Carlos Portinho (PL-RJ) também declarou apoio ao candidato do partido. Para ele, Marinho reúne experiência política e capacidade de articulação para comandar a Casa. "Nós venceremos com o Rogério Marinho, nosso candidato, na nossa grande bancada, com as construções que estamos fazendo para obter essa maioria", frisou. Portinho acrescentou que considera necessário fortalecer a atuação do Senado diante de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que, na avaliação dele, atingem as prerrogativas do Legislativo.

O senador eleito Carlos Bolsonaro (PL-SC) reafirmou o apoio a Marinho e disse que o partido trabalha para consolidar os votos necessários até a eleição.

Dívidas de estados

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Resolução 50/2026, que permite a estados, ao Distrito Federal e a municípios contratar operações de crédito para reestruturar e recompor o principal de dívidas nos 120 dias anteriores ao fim do mandato dos chefes do Executivo. O texto segue para promulgação.

O texto altera a Resolução do Senado 43/2001, que restringe a contratação de operações de crédito nos últimos 120 dias de mandato. A exceção prevista no projeto vale para operações destinadas exclusivamente à substituição de dívidas existentes por outras em condições financeiras mais favoráveis, sem a obtenção de novos recursos livres. Para trocar uma dívida por outra, estados e municípios já precisam cumprir critérios do Tesouro Nacional.

Em seu parecer, o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), argumentou que a medida permite que os entes federativos aproveitem oportunidades de renegociação e reduzam custos financeiros, sem comprometer os mecanismos de controle do endividamento público.

Braga argumentou que oportunidades de renegociação podem desaparecer com as oscilações do mercado. Segundo ele, "a postergação pode, inclusive, resultar em custos financeiros mais elevados, em prejuízo das contas públicas". O senador acrescentou que pelo menos 12 estados poderão ser beneficiados.

Pelo texto, antes da contratação, o ente federativo deverá divulgar em seu site oficial um demonstrativo com a metodologia e a memória de cálculo do valor presente das dívidas original e renegociada, os cronogramas anuais de pagamento e as mudanças relevantes nas condições financeiras, nas garantias e nos riscos da operação.

A proposta foi apresentada pelo senador Renan Filho (MDB-AL). Ao defender o texto, o parlamentar afirmou que a restrição de fim de mandato não deve impedir operações que permitam "substituir dívidas antigas por obrigações menos onerosas e com condições mais favoráveis". (**Com Agência Senado**)

